



Boletim da ACPO



Resumo das Atividades de 2004

JANEIRO

• DESCASO COM SAÚDE HUMANA?

Quinta-feira, 05 de janeiro de 2004

Ministério do Trabalho ainda não têm resposta para o grave e contínuo problema de exposição química tóxica de trabalhadores da Rhodia Cubatão. Vários possuem restrição médica de não mais ter exposição laboral à substâncias química.

• VISITA ILUSTRE.

Segunda-feira, 12 de janeiro de 2004

O vereador Messias Gomes - PT/Cubatão esteve na ACPO discutindo os problemas ambientais da região. Entre os assuntos a destinação dos resíduos da empresa Rhodia e outros sob guarda da Empresa Carbocloro em Cubatão.

• CONCEITO BOLHA.

Quinta-feira, 22 de janeiro de 2004

ACPO, visita técnicos na Universidade de São Paulo (USP) de São Carlos para discutir aspectos da intoxicação química humana.

No mesmo dia membros da ACPO, assistiu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) a apresentação de tese de mestrado do Engenheiro Élio Lopes sobre Conceito Bolha. O Engenheiro Élio Lopes adaptou a técnica para as leis e a realidade brasileira com maestria. O trabalho foi muito bem apresentado tendo o mérito de ser aprovado com nota máxima.

• INTOXICAÇÃO POR MERCÚRIO.

Sexta-feira, 30 de janeiro de 2004

A convite da Dra. Marcília Medrado a ACPO participa de reunião com os trabalhadores intoxicados por mercúrio na cidade de São Paulo, houve boa troca de informações e a possibilidade de podermos estar realizando em conjunto algumas atividades para impulsionar a questão da intoxicação química dos trabalhadores e seus efeito adverso para a presente e futuras gerações.

FEVEREIRO

• MUSEU NA AREIA DA PRAIA.

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2004

A ACPO participou da audiência pública sobre a construção de Museu na areia da Praia. Todos os presentes não discordaram da possibilidade da instalação do Museu na cidade de Santos, porém foram contra o local onde se pretende instalar, pois a população necessitada de área de uso público gratuito, além do que houve forte contrariedade do uso de verba pública para realização do empreendimento, sendo que outros setores, como por exemplo, a educação e saúde pública, e o atendimento médico são caótico na cidade.

• REUNIÃO NO IBAMA/SP - CAPITAL.

Quinta-feira, 05 de fevereiro de 2004

Reunião para discutir o caso do Estado de São Paulo no desdobramento da Conferência Nacional do Meio Ambiente foi realizada nesta data. Entre as deliberações do grupo reunido no IBAMA/SP capital (Ofício e, exposição de motivos), ficou estabelecido o cumprimento do que foi resolvido na reunião do dia 17 de dezembro de 2003, ou seja, o envio das propostas avançadas e não repetitivas (em relação ao livro azul - minuta da CNMA) das Pré-conferências do Estado de São Paulo.

• REUNIÃO COM A DEPUTADA ESTADUAL PROFESSORA MARIA LÚCIA PRANDI.

Segunda-feira, 09 de fevereiro de 2004

Membros da ACPO se reúnem com a Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi para discutir sobre alguns aspectos de meio ambiente na Baixada Santista, entre os temas estavam:

1) A transferência de substâncias químicas tóxicas de SP para Bahia; 2) Sobre o Seminário de Áreas Contaminadas e Saúde da Baixada Santista e Audiência com Dr. Barradas Barata; 3) Possíveis danos causados pelas células de mercúrio na fabricação de cloro-soda na Baixada Santista; 4) Banimento do Pecloroetileno; 5) Banimento da incineração e o co-processamento em SP; 6) Banimento para implementação de eliminação gradativa das células de mercúrio em SP.

• A REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL ABRE CAMPANHA CONTRA A TRANSFERÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL ENTRE ESTADOS BRASILEIROS.

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2004

TRANSFERÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL TÓXICO ENTRE ESTADOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A disseminação de resíduos da produção industrial altamente tóxicos, que se constituem em substâncias químicas perigosas com potencial de interferir no Sistema Hormonal Humano, que podem além dos efeitos genotóxicos, tais como: carcinogênese, mutagênese e teratogênese, causar problemas à saúde agudos, subagudos e crônicos como, dores de cabeça, náuseas, problemas na pele, pulmões, fígado, coração, rins e nas funções neurológicas. Que também se constitui em ofensa aos princípios da Convenção da Basiléia, qual o Brasil é um dos seus signatários.

A Rede de Justiça Ambiental convida seus afiliados e o público em geral simpatizante da causa ambiental para assinar a uma campanha que será encaminhada ao Ministério Público Federal, além de outras autoridades competentes, contra a transferência de resíduos químicos tóxicos entre Estados da Federação. Estamos tentando embargar o transporte pretendido entre a região metropolitana da Baixada Santista/SP e a região metropolitana de Salvador/BA. Resíduos tóxicos oriundos da contaminação ambiental patrocinada pela empresa Rhodia, que se pretende estocar e incinerar na empresa CETREL S.A., localizada no município de Camaçari.

VISITE O SITE DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL:

<http://www.justicaambiental.org.br>

• **Convenção de Estocolmo Entra em Vigor.**

Sexta-feira, 20 de fevereiro de 2004

A Convenção de Estocolmo sobre POPs obriga governos a proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas contra as substâncias químicas tóxicas conhecidas por POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes. O documento foi ratificado hoje 19/02/2004 pelo 50º país, iniciando o processo para que o documento entre em vigor. A partir de agora, será obrigatório que os governos protejam o meio ambiente e a saúde da população contra as substâncias químicas tóxicas (1).

A Convenção de Estocolmo foi adotada na capital da Suécia em 23 de maio de 2001, depois de vários anos de negociações, constantemente minadas pelos EUA e seus interesses corporativos. O tratado é um acordo legal, obrigatório e global, que visa banir a produção, o uso e a disposição destas substâncias tóxicas no mundo.

Uma demanda chave da convenção é a eliminação de todos os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs). As prioridades estão em uma lista com 12 dessas substâncias, os chamados "Doze Sujos". A lista inclui substâncias químicas produzidas no mundo todo, como os pesticidas e os PCBs (bifenilas policloradas), assim como subprodutos involuntários, entre eles os furanos e as dioxinas, que causam câncer. As dioxinas, por exemplo, são emitidas por processos produtivos em que se utiliza cloro (como a indústria do PVC) e durante a incineração de resíduos industriais.

A Convenção de Estocolmo também visa a proibir que novos POPs sejam criados, introduzidos no mercado ou reciclados. Essas demandas devem levar à proibição de que a indústria química lance substâncias tóxicas no mercado, levando-a a adotar o chamado Princípio da Substituição (4).

"Agora, o principal desafio em relação à convenção é a sua implementação. Em vez de buscar subterfúgios temporários, tais como a incineração de resíduos, é muito mais eficiente atingir-se diretamente a fonte do problema. Um desses caminhos é a substituição das substâncias tóxicas por alternativas sustentáveis", disse Kevin Stairs, do Greenpeace Internacional, ao pedir aos países participantes da Convenção de Estocolmo para que iniciem a implementação do acordo. A cada dia, mais substâncias químicas tóxicas são introduzidas no meio ambiente e no nosso corpo, e para o Greenpeace é necessário agir urgentemente para mudar essa situação.

Síntese: íntegra enviado por [John Bucher](#)

• **BARBÁRIE CAPITALISTA.**

Domingo, 29 de fevereiro de 2004

Fernanda Giannasi, Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho e incansável lutadora pela saúde dos trabalhadores, está ameaçada de morte.

Repercussão:

- 1) http://www.quimicosunificados.com.br/Forum_Nac_Saude/denuncia-Fernanda_Giannasi.html
- 2) <http://www.hazards.org/asbestos/fernanda.htm>
- 3) http://www.neorama.com.br/7_27fev03.html
- 4) http://www.miningwatch.ca/issues/Asbestos/Giannasi_alert.html
- 5) http://www.ibas.btinternet.co.uk/Frames/f_ika_braz_justice_04.htm
- 6) <http://www.bacanada.org/main.html>

MARÇO

• TRANSFERÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL TÓXICO ENTRE ESTADOS DA FEDERAÇÃO.

Segunda-feira, 01 de março de 2004

RETROSPECTIVA

CLIQUE PARA LER:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/newspba.htm

• Reunião no auditório da USP discute aspectos Jurídicos da Intoxicação Ocupacional.

Sexta-feira, 05 de março de 2004

Dia 5 de março os trabalhadores intoxicados por POPs e mercúrio, Benzeno com representantes do SINDIPETRO-Santos, Sindicato dos Químicos de Campinas, AEIMM e ACPO estiveram reunidos no auditório da USP juntamente com a Dra. Marcília Medrado, Cecília Zavariz, além de outros profissionais de saúde discutiram sobre aspectos jurídicos e possibilidades de construir uma agenda comum neste aspecto.

• **Membros da ACPO se reúnem com autoridades em Salvador-BA para discutir sobre a transferência de passivo ambiental tóxico de São Paulo para Bahia.**

Sexta-feira, 12 de março de 2004

No dia 10 de março de 2004 membros da ACPO foram atendidos rapidamente pelo procurador federal **Dr. Domenico D'Andrea Neto**. - Disse o Sr. procurador não haver dúvidas sobre o grave problema que representa a transferência desses resíduos de SP para BA. - Disse também haver preocupação em se definir corretamente a competência para atuar no caso (Estadual ou Federal), mas reafirmou que o MPF teria o maior interesse na matéria, mas não deixando clara a propositura de uma ACP.- Dissemos ao Sr. Procurador que além dos órgãos públicos que de ofício tivessem interesse na matérias, nós como membros e representantes da Rede de Justiça Ambiental, da International POPs Elimination Network e da Global Alliance Anti-Incinerator, também tínhamos muito interesse, sendo que estas entidades lutam por justiça ambiental em mais de 70 Países. Dissemos também que a ACPO tinha interesse de figurar como litisconsorte no caso de haver postulação de Ação Civil Pública através do MP.

No dia 11 de março de 2004, reuniram-se com Professor **Zilton Rocha - Deputado Estadual - BA**, autor da Ação Popular (AP) contra a incineração e a transferência de resíduos tóxicos de São Paulo para Bahia, obtendo medida liminar deferida pelo Sr. Juiz Ricardo Calheiros D'Ávila. O encontro com o Deputado foi em muito bom nível, estendendo-se também para uma problemática global que os Governos vêm enfrentando com a produção do lixo e sua destinação realmente adequada. Na reunião foi levantada a dúvida sobre o cumprimento da liminar, ou seja, se a CETREL estaria cumprindo a decisão judicial. O Deputado se mostrou otimista com o resultado da AP uma vez que a Justiça estava respondendo eficazmente a demanda inicial.

Ainda quanto à Ação Popular, posteriormente fomos informados, ainda em cumprimento da agenda da ACPO em Salvador-Camaçari, que a liminar suspendendo a incineração não estava sendo cumprida, o que fez com que a ACPO peticionasse junto ao IBAMA no sentido das providências cabíveis bem como renovou o contato com o Deputado autor da AP o Deputado Zilton Rocha, no sentido de diligenciar junto ao Magistrado da causa para fiscalizar o cumprimento da liminar em questão.

Na parte da tarde estiveram reunidos com **Dr. Carlos Martheo Crosué Guanaes - Coordenador do CEAMA do Ministério Público do Estado da Bahia**, a reunião foi de elevado nível, tendo o Sr. Promotor de Justiça demonstrado enorme capacidade de entendimento da questão e do papel do Ministério Público em relação a proteção da coletividade e a aplicação das Leis ambientais, a qual explicita que o risco em matéria ambiental é absolutamente inaceitável. O Dr. Martheo disse estar comprometido com a causa e que o MPE está estudando atentamente a questão.

Houve também a indagação sobre o cumprimento da liminar deferida pelo Sr. Juiz Dr. Ricardo Calheiros D'Ávila.- Dissemos ao Sr. Promotor de Justiça que a ACPO tem igualmente interesse na matéria e está disposta de figurar como litisconsorte em possível ACP impetrada pelo Órgão Ministerial.

No dia 12 de março de 2004, estivemos reunidos com o **Sr. Albertinho Barreto de Carvalho** na FUNDACENTRO em Salvador, buscando informações sobre a questão de saúde do trabalhador no pólo petroquímico de Camaçari, a reunião foi produtiva e pudemos ter uma visão geral sobre o tema. Pudemos abordar assuntos sobre poluição tóxica e suas vias de emissão e intoxicação dos trabalhadores em indústria química. Ao final o Sr. Albertinho nos deu uma visão bem clara da política na entidade no novo contexto e as dificuldades a serem vencidas.

Na parte da tarde estivemos reunidos com o **Dr. Júlio César de Sá da Rocha** - Gerente-executivo do Ibama-Bahia, que nos colocou haver grande preocupação do IBAMA na questão. Protocolizamos documento solicitando uma ação do IBAMA para verificação in loco se a medida liminar estava sendo cumprida pela CETREL, uma vez que apesar de se tratar de uma Ação Popular, era também um caso de interesse geral. O Dr. Júlio terminou dizendo que verificaria se a CETREL estava cumprindo a determinação judicial, mas estaria consultando outras autoridades sobre a questão para realização da diligência. Ainda foram requeridas providências no sentido de viabilizar auditoria na CETREL, objetivando esclarecer questões técnicas quanto ao procedimento de incineração naquela empresa, condições de trabalho, do confinamento, e os elementos pertinentes ao processo de transferência do passivo ambiental.

No final da tarde estivemos em Camaçari para obter uma visão ampla do local e fazer algumas imagens para uma avaliação prévia das condições do local. Durante os dias que estivemos em Salvador contamos com o total apoio da **Dra. Liana Mascarenhas Queiroz**, advogada da ACPO em Salvador na Bahia que nos acompanhou e ajudou em todas as etapas, e ora estamos aguardando a movimentação das autoridades da Bahia para podermos avançar na questão.

Clique e veja imagens externas:

CETREL – 01

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/CETRELIII.jpg

CETREL – 02

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/CETRELIV.jpg

• AUDIÊNCIA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SAÚDE DR OSWALDO YOSHIMI TANAKA.

Quarta-feira, 17 de março de 2004

17/03/2004 - 11 HORAS

Presentes: Deputada Maria Lucia Prandi assessorada pela Sra. Maria da Graça Leite Moreira; o Sr. Francisco Alves de Moura Filho representando o Vereador Alfredo Moura do município de São Vicente; e os Srs. Jeffer Castelo Branco, Márcio Antonio Mariano Mariano da Silva, Isaias dos Santos Corrêa Diretores da ACPO - Associação de Combate aos POPs.

A Sra. Deputada Maria Lucia abriu a reunião relatando ao Secretário adjunto a última audiência com esse grupo e o Secretário Estadual da Saúde, Dr. Luiz Roberto Barradas Barata , acontecido dia 7 de maio de 2003, onde foi levantado a preocupação da ACPO quanto a avaliação epidemiológica e o monitoramento dos moradores da Baixada Santista, que residem nas imediações dos lixões químicos da Rhodia . Desta audiência saiu a proposta do I Seminário Regional de Áreas Contaminadas e Saúde da Baixada Santista, realizado no Sesc/Santos ,dia 15 de julho de 2003.

Jeffer Castelo Branco elogia a organização e o resultado do seminário e passa às mãos do secretário, o relatório do evento, assim como 3 fitas de vídeo e 2 CD-ROOM que traz, na íntegra todas as palestras proferidas neste evento.

O Secretário fala que esses documentos estão chegando em hora certa, pois está em discussão dentro da secretaria da saúde, a formação de uma Agência de controle de doenças, que terá a finalidade de aglutinar a SUCEM, a Vigilância Sanitária o Instituto Adolfo Lutz entre outros órgãos. Essa agência terá também a preocupação com o meio ambiente e ao mesmo tempo recuperar o papel do Estado. A discussão dessa agência está nas mãos do Sr Luiz Jacinto. Existe, segundo o Secretário, a preocupação hoje de que a Secretaria da Saúde quer que haja a pactuação dos municípios, pois o que acontece regularmente é que os mesmos se fecham às demandas de outras localidades próximas.

Jeffer passa também às mãos do secretário um documento contendo resumo sobre a avaliação do efeito clastogênico pela frequência dos micronúcleos realizada em um grupo de 41 trabalhadores da Rhodia com grupo controle tirada da tese de Doutorado da Dra. Lia Giraldo da Silva Augusto, que dá uma boa visão dos problemas dos trabalhadores da Rhodia, na época em que a mesma atuava na Baixada Santista.

O Secretário Adjunto promete enviar todo material ao Sr. Secretário da Saúde e, ao Sr Luiz Jacinto - Coordenador da Agência de Doenças e ao Dr. Di Renzo - Diretor da DIR XIX.

Márcio Mariano explica os problemas acarretados à imagem da região em decorrência da contaminação ambiental indiscriminada e a necessidade da recuperação ambiental na Baixada Santista, para que se recupere a vocação turística da região da Baixada Santista e possibilite assim maiores investimentos no setor.

As propostas da ACPO (tirados dos documentos entregues ao secretário) 1) Acompanhar, discutir e propor estudos e medidas cautelares e definitivas de forma a proporcionar o saneamento da questão da contaminação ambiental e a intoxicação humana na Baixada Santista. 2) Buscar e juntar uma biblioteca única todo o material elaborado sobre o caso de contaminação ambiental e intoxicação humana aos organoclorados na Baixada Santista, sob a guarda do estado ou de particulares tais como: relatório, pesquisas, teses dissertações, monografias, resultados de pesquisas e exames, laudos etc... 3) Transcrever todo o material em mídia, coletando e disponibilizando em Internet e home-page específica, e manter a sociedade civil totalmente informada com o sentido de elevar o nível de conscientização sobre o problema potencial a ser enfrentado. 4) Promover a orientação em todos os níveis de assistência e prevenção do SUS, buscando elevar o nível de conscientização a sobre o problema potencial e como deve ser enfrentado, e por outro lado conscientizar a população de como proceder neste caso.

Para finalizar Jeffer faz ao Secretário uma denúncia solicitando investigação urgente através do ofício 17032004-2, sobre o uso do GLUTARALDEÍDO na rede de saúde, produto usado nos hospitais para desinfecção a frio dos instrumentos hospitalares e que pode estar causando mal à saúde das pessoas envolvidas neste processo. Entrega também o ofício 17032004-3 relatando a preocupação da entidade pelas filas intermináveis que existem tanto para o atendimento como para o recebimento de remédios de uso contínuo na DIR XIX e no Guilherme Álvaro. O Secretário Adjunto alega dificuldades de resolver essa questão, mas que estaria encaminhado às queixas.

Por: Maria da Graça Leite Moreira

ABRIL

- **A ACPO realizou reuniões com autoridades e protocolizou documentos em Brasília-DF entre os dias 31/03/2004 e 02/04/2004.**

Sábado, 03 de abril de 2004

31/03/2004

- 01)** Reunião na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sobre o banimento das substâncias químicas tóxicas organocloradas denominadas percloroetileno (tetracloroetileno - C₂Cl₄), utilizado largamente em lavanderias para lavagem a seco e que põe em risco o meio ambiente, a saúde pública e ocupacional. Clique a seguir para ver a minuta da resolução apresentada pela Agência, onde a data para eliminação final do agente altamente tóxico, cancerígeno e interferente hormonal em lavanderias foi contestada pela ACPO, entendendo ser um prazo muito longo [pág. 01 (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/Anvisa01.jpg)] – [pág. 02 (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/Anvisa02.jpg)].
- 02)** Protocolizado documento sobre a doação sangue contaminado por substâncias químicas persistentes na ANVISA (foi pedido de informação sobre o trâmite)
- 03)** Visita no Conselho Federal de Medicina (verificação de situação de recurso impetrado pela ACPO, documento em apreciação do relator).
- 04)** Visita à Procuradoria Geral da Republica - (verificação sobre trâmite da Representação de ADIN contra a lei 9976/00 que perpetua as poluidoras células de mercúrio na fabricação de cloro-soda).

01/04/2004

- 05)** Reunião no COSAT - Coordenação de Saúde do Trabalhador (esclarecimentos e petição sobre a idealização de um protocolo de pesquisa, para entre outras coisas, viabilizar a análise sobre o estado atual da saúde dos trabalhadores contaminados por organoclorados na empresa Rhodia em Cubatão. Também foi pedido o apoio do Ministério para retomada do trabalho sobre câncer na Baixada Santista de autoria Dra. Marcília Medrado - USP paralisado por falta de verba).
- 06)** Protocolizado documento no Ministério do Meio Ambiente (MMA) - sobre transferência de resíduos tóxicos entre Estados da Federação (petição buscando prestar esclarecimentos e solicitando solução da questão e de forma geral).
- 07)** Protocolizado documento no MMA - sobre a regulamentação da famigerada Lei 9976/00 (pedido de informação sobre o trâmite da regulamentação, e posicionamento sobre a questão).
- 08)** Reunião com FUNASA (esclarecimentos e petição sobre aspectos da saúde da população exposta aos organoclorados pela Rhodia na Baixada Santista. entre outras solicitações, foi pedido o apoio para retomada do trabalho sobre câncer na Baixada Santista de autoria Dra. Marcília Medrado - USP paralisado por falta de verba). O Dr. Guilherme Franco Netto, apresentou o programa que está em fase de conclusão que orientará a Secretaria de Vigilância em Saúde nas questões de áreas contaminadas e substâncias químicas.

02/04/2004

09) Protocolizado documento com pedido de informações sobre a substância utilizada em hospitais para esterilização a frio denominada Glutaraldeído na ANVISA (pedido de informação sobre o trâmite de ofício anterior, que ficou sem resposta).

10) Processo Ministério do Trabalho (pedido de informação sobre o trâmite do Recurso impetrado pela empresa Rhodia Brasil Ltda ao Ministério do Trabalho, que inviabiliza até o momento o total cumprimento do TAC 249/93 e segurança de trabalhadores com restrições médicas).

11) Visita ao Gabinete Deputado Federal Luciano Zica.

12) Protocolizado documento no MMA - sobre CNMA (pedido de informação sobre o trâmite finais da Conferência Nacional do Meio Ambiente).

• Reunião na DRT/SP discute sobre a saúde ocupacional e as condições do ambiente de trabalho na empresa APLIQUIM em Paulínia.

Segunda-feira, 05 de abril de 2004

Ministério do Trabalho realiza reunião com CETESB e ACPO para discutir alguns aspectos levantados pela DRT/SP que deu origem a um processo administrativo onde figura a empresa APLIQUIM. A CETESB colocou os procedimentos que estão sendo adotados pelo órgão e o levantamento ambiental em fase final. Após discutido os aspectos gerais encontrados no ambiente laboral daquela empresa, e outros legais institucionais, ficou estabelecido que será realizado uma nova reunião.

A empresa em questão recorreu do Termo de Notificação aplicado pela DRT/SP em 12 de fevereiro de 2004, que exigia providências quando a manutenção geral do lugar e aspectos relacionados à saúde ocupacional.

• ADIÇÃO DE CLORO NA ÁGUA POTÁVEL PODE ESTAR COLOCANDO A VIDA DE FETOS EM RISCO.

Terça-feira, 06 de abril de 2004

*Reuters
05/04/2004*

Resumo e adaptação

A água de torneira contém níveis altos de subprodutos de cloração, particularmente uma combinação denominada "THMs" ou trihalometanos. Segundo o relatório de investigadores canadenses, há um aumento do risco de crianças nascerem mortas pelo fato de suas mães estarem expostas a estas substâncias tóxicas ao consumir da água de torneira. O risco da natimortalidade não está bem claro, porque o risco não aumentou com níveis maiores da substância. Por outro lado, os novos resultados vão ao encontro

de vários relatórios que relacionaram exposição de THM com nascimento de crianças mortas, inclusive outro estudo realizado pelo mesmo grupo de pesquisa e publicado em 1999.

Dr. Linda Dodds, de Universidade de Dalhousie em Halifax, Nova a Escócia, e seus colegas entrevistaram 112 mulheres que tiveram partos de crianças mortas e 398 "controles" que tiveram partos de bebês vivos, e analisou amostras de água obtidas das casas destas mulheres.

Os resultados dos investigadores foram publicados em março no "assunto de Epidemiologia". Na casas com água de torneira que continha níveis de THM de pelo menos 80 microgramas por litro, as mulheres tinham a probabilidade de ter até 2.2 vezes mais chances de conceber um bebê morto, que as mulheres não expostas ao THM.

• GOVERNOS E CIDADÃOS CONCLAMADOS A AVANÇAR EM DIREÇÃO A META DA PRODUÇÃO LIMPA, DO PROGRAMA DE LIXO ZERO E RECHAÇAR A TECNOLOGIA OBSOLETA DE INCINERAÇÃO.

Quarta-feira, 21 de abril de 2004

MOVIMENTO ECO-SOCIALISTA

No dia 21 de abril de 2004, ocupando as dependências do SESC de Santos, ocorreu um pequeno Seminário para apresentação do **Movimento Eco-Socialista Caiçara**, houveram várias e importantes discussões em torno da construção do Manifesto Eco-Socialista que deverá ser oficializado em breve. O debate ocupou grande parte do evento, o que reduziu o tempo para os outros pontos de pauta aprovado no início dos debates.

Foi pautado e apresentado rapidamente o documento "**Queimando Recursos** - As armadilhas econômicas da incineração em oposição à **Produção Limpa** e uma política de **LIXO ZERO**". Foi sugerido que se realizasse um Seminário para aprofundar as propostas do documento apresentado pelo GAIA- Global Alliance Anti-Incinerator. Neste caso haveria a necessidade de agregar outras entidades, sobretudo que trabalham com: **coleta seletiva - reciclagem do lixo - compostagem - comércio de material usado - políticas para mudança dos padrões de produção e hábitos de consumo**, entre outras.

Foi também rapidamente colocado a proposta da formação da **Rede do Movimento Ambientalista Caiçara da Baixada Santista**, e a construção da plataforma já em adiantada fase. Foi também apresentada uma proposta desta futura Rede estar

agregando a plataforma do GAIA em suas atividades, inclusive patrocinando ações em conjunto.

O documento denominado “**Queimando Recursos** - As armadilhas econômicas da incineração em oposição à Produção Limpa e uma política de LIXO ZERO” - foi lançado hoje pela Aliança Global para Alternativas à Incineração (GAIA) em várias partes do mundo e propõe firmemente que as autoridades redirecionem os milhões de dólares que são desperdiçados com investimentos em incineradores para adoção em uma política sustentável de LIXO ZERO.

Clique aqui para ler mais:
<http://acpo.org.br/site/GDA---2004.php>

• COMISSÃO TÉCNICA DE ESTUDOS PARA AÇÕES INTEGRADAS "SUS" NA BAIXADA SANTISTA.

Quinta-feira, 22 de abril de 2004

Dia 14 de abril de 2004, ocorreu a primeira reunião da [Comissão Técnica de Estudos para Ações Integradas SUS \(1\)](#) no campo Ambiental na Região Metropolitana da Baixada Santista. A comissão terá a incumbência para de forma integrada, definir e propor ações de controle e prevenção da exposição de populações e indivíduos aos agentes perigosos a saúde que estão presentes no meio ambiente.

O Diretor da DIR XIX apresentou o conteúdo e os objetivos da Portaria [N.º 1 - DIR XIX-RMBS de 28 de janeiro de 2004 \(2\)](#), e que deverá também estar se relacionando com a Agência Estadual de Doenças que está sendo criada pelo Governo do Estado.

Nesta primeira reunião foram discutidas preliminarmente questões relacionadas ao mandato dos participantes; de ordem política em face da gravidade dos problemas que envolvem a questão da poluição e a contaminação química na Baixada Santista; limites legais e de atuação da Comissão, entre outros assuntos importantes para qualificação do Órgão recém criado.

Foi dada uma importante sugestão por um dos membros da Comissão para criação de um Fórum Popular, de modo que a Comissão possa de forma clara e objetiva prestar contas a população. A próxima reunião está marcada para o dia 13 de maio de 2004, para tratar do regimento interno.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/dir19_2.jpg

(2) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/dir19_1.jpg

• MOVIMENTO 28 DE ABRIL.

Quarta-feira, 28 de abril de 2004

Dia 27 de abril às 19 horas foi realizado nas dependências do SESC - Santos, uma homenagem ao Dia Internacional às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho, patrocinado pela FUNDACENTRO - Santos. O evento contou com o apoio de representantes da própria Fundacentro, Centrais Sindicais, SESC, Conselho Sindical da Baixada Santista e Vale do Ribeira, Sub-DRT, Previdência Social, Comunidades de Áreas Contaminadas, Sinduscon entre outros importantes atores.

Foi dada a palavra a cada um dos membros convidados que compuseram mesa, onde destacamos a exposição da Dra. Adalis - representante da Previdência Social; [da ACPO, em memória dos que partiram e luta pela vida \(1\)](#) e distribuição do boletim do MOVIMENTO 28 DE ABRIL n.º 2 ano 2 - 2004; Em seguida a exposição sobre a FUDACENTRO suas atribuições e desafios apresentada pelo Dr. Antonio Roberto Lambertucci – Diretor Executivo Nacional da Fundacentro, encerrando o evento às 22 horas.

Hoje dia 28, várias entidades ligadas à militância em saúde do trabalhador realizam um ato público em memória as vítimas do trabalho na escadaria do Teatro Municipal da Praça Ramos de Azevedo. O evento deverá seguir até a parte tarde com várias apresentações e manifestações dos presentes, um boletim do [MOVIMENTO 28 DE ABRIL - n.º 2 ano 2 - 2004 \(2\)](#), será entregue a população explicando sobre o Dia em Homenagem às Vítimas do Trabalho e suas reivindicações.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/28deabril.pdf

(2) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/28deabril.pdf

• Comissão de Meio Ambiente da OAB.

Quarta-feira, 28 de abril de 2004

A Convite dos Coordenadores da Comissão de Meio Ambiente da OAB - Santos, membros da ACPO apresentam para o debate os problemas da contaminação ambiental e a intoxicação humana na Baixada Santista e sobre a transferência de lixo tóxico entre Estados da Federação, com ênfase na [transferência de resíduos entre os municípios de São Vicente/SP e Camaçari no Estado da Bahia \(1\)](#).

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/newspba.htm

MAIO

• CONASQ.

Quinta-feira, 06 de maio de 2004

Representando o [Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS \(1\)](#), a ACPO participou da reunião da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), Na pauta: 1) Abertura; 2) Aprovação da pauta; 3) Aprovação da memória da XIV reunião Ordinária; 4) Micronutrientes provenientes de resíduos industriais empregados na fabricação de fertilizantes. Estabelecimento de regulamentação; 5) Amianto: Comissão Nacional instituída / Sugestões da CONASQ de pontos a serem tratados; 6) Passivos ambientais químicos tóxicos e movimentação interestadual; 7) PRONASQ p Ações programadas para 2004: apresentação de informações pelas instituições componentes da CONASQ. Instituições federais apresentação de Programas e Ações inseridas no PPA 2004-2007; 8) Informes: FISQ (MMA). Mercosul (MMA); POPs (MMA); GHS (MDIC) e outros; 9) Outros assuntos e encaminhados: - Seminário CONASQ (Fundacentro) - Calendário de Reuniões ordinárias da CONASQ para 2004 - CONASQ reinstituição por Decreto.

Das deliberações principais:

1. Constituição de Comissão para discutir os problemas provenientes da transferência interestadual de resíduos químicos tóxicos.
2. Micronutrientes - encaminhamento do problema para o CONAMA discutir sobre níveis de substâncias químicas na composição do produto final e recomendação a SQA para que proponha uma portaria proibindo a utilização de resíduos industriais para composição dos mesmos.
3. Fundacentro irá organizar o Seminário da CONASQ para primeira quinzena do mês de agosto de 2004.
4. Informado sobre o Seminário GHS entre os dias 18 e 22 de outubro de 2004
5. Foi apoiado a reinstituição do CONASQ por Decreto, o que capacita a comissão como instância deliberativa, também foi apoiado o aumento da quantidade de membros, onde a ACPO solicitou a abertura de pelo menos mais uma cadeira para outro titular e suplente indicado pelo setor das Entidades Não Governamentais (ONGs).

6. Calendário - 2004: 2ª reunião um dia antes do Seminário; 3ª reunião em 05 de outubro de 2004; 3ª reunião em 08 de dezembro.

Durante a reunião recebemos a confirmação que finalmente o Senado Federal havia aprovado em sessão deliberativa ordinária o Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 894/03 (*havia sido obstada desde fevereiro pela pauta trancada em face de medidas provisórias que têm preferência*). O documento aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, resta agora o Executivo ratificar junto a Secretaria da Convenção. E que também havia sido aprovado os texto da Convenção de Roterdam ou PIC (Prior Informed Consent" - Consentimento Previamente Informado).

(1) <http://www.geocities.com/RainForest/jungle/1898>

• COMISSÃO TÉCNICA DE ESTUDOS PARA AÇÕES INTEGRADAS "SUS" NA BAIXADA SANTISTA.

Quinta-feira, 13 de maio de 2004

Dia 13 de maio de 2004, ocorreu a segunda reunião Comissão Técnica de Estudos para Ações Integradas SUS na Baixada Santista, Na Pauta construção do regimento Interno (em breve publicaremos). Próxima reunião 17 de junho às 9:00h. Pauta: Aprovação do Regimento Interno; Rede de discussão; Fórum Regional.

• CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POPs (POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES).

Segunda-feira, 17 de maio de 2004

Dia 17 de maio de 2004 entra em vigor com força de Lei Internacional a Convenção de Estocolmo sobre POPs.

A [International POPs Elimination Network \(IPEN\)](http://acpo.org.br/site/Campanha-sobre-POPs.php) (<http://acpo.org.br/site/Campanha-sobre-POPs.php>), uma Rede Internacional de aproximadamente 400 Entidades e ONGs sediadas nos cinco continentes, as quais participam o Greenpeace, Amigos da Terra e a ACPO, estará realizando até o dia 17 de maio de 2004, várias atividades em diversos países ao redor do mundo buscando elevar a consciência da população em relação a este importante [Tratado Internacional](http://www.ipen.org/) (<http://www.ipen.org/>).

Entre as atividades da ACPO:

1. 06/05/2005 - Informe sobre a Convenção de Estocolmo e sua entrada com força de Lei Internacional e as atividades da IPEN durante a reunião da CONASQ - Comissão

Nacional de Segurança Química e distribuição do panfleto informativo sobre o assunto.

2. 07/05/2005 - Protocolizamos no Senado Federal para distribuição aos Senhores Senadores de 100 panfletos informativo da Convenção de Estocolmo sobre POPs e documento de congratulações pela aprovação do texto da Convenção de Estocolmo e de PIC.

3. 07/05/2005 - Protocolizamos na Câmara Federal para a distribuição de 300 panfletos informativos da Convenção de Estocolmo sobre POPs aos Senhores Deputados Federais e protocolo de documento sobre a transferência de resíduos tóxicos entre Estados da Federação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado da Câmara.

4. 16/05/2004 - Distribuição de panfletos informativos e conversa com a comunidade em Salvador Bahia para buscar conscientização da população sobre a Convenção de Estocolmo sobre POPs.

5. 16/05/2004 - Seminário sobre Alternativas de Desenvolvimento para Corumbá e Ladário - Auditório da Escola Júlia Gonçalves Passarinho - JGP Dias 14,15 e 16 de maio de 2004 - No município de Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul patrocinado pela ECOA, OCCA e Coalizão Rios Vivos - [Clique aqui para saber mais sobre este evento \(http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/corumba.pdf\)](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/corumba.pdf).

6. 17/05/2004 - Nota informativa para Redes Virtuais e Jonais em todo Brasil sobre a entrada em vigor da Convenção de Estocolmo sobre POPs e os próximos passos para garantir vida ao tratado internacional.

Para saber mais sobre o assunto clique aqui:

<http://acpo.org.br/site/Conven%E7%E3o-de-Estocolmo-sobre-POPs.php>

● **FUNDACENTRO AVANÇA.**

Sexta-feira, 21 de maio de 2004

Fundacentro - Santos, realizou no dia 21 de maio uma reunião para apresentar o Conselho Consultivo idealizado pela Entidade, que tem como objetivo aproximar a Fundacentro da população e maximizar os serviços e recurso da Instituição.

● **RESPONSABILIDADE CIVIL DOS POLUIDORES DE HEXACLOBENZENO.**

Segunda-feira, 24 de maio de 2004

Em 24 de maio na Universidade Católica de Santos, o mestre Paulo José Ferraz de Arruda Júnior, apresentou sua dissertação sobre Responsabilidade Civil Objetiva dos Poluidores de Hexaclorobenzeno, aprovado com nota máxima.

RESUMO

Hodiernamente fala-se muito em poluição; entretanto bem pouco se entende a respeito desta palavra. O substantivo provém do ato de poluir que, em bom português, quer dizer “sujar, corromper tornando prejudicial à saúde”. Observando-se a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, encontrou-se na definição de poluição, dentre outros fatores, como “degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população, bem como lancem matéria ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos”. A par deste conceito é que surgiu a intenção de realizar um trabalho de pesquisa, voltado para os elementos que verdadeiramente poluem, isto é, para os que atribuem ao termo poluição o seu significado jurídico. Pesquisando sobre os assuntos poluidores, chegou-se às substâncias químicas altamente tóxicas. Descobriu-se o termo “organoclorados”. Buscando o seu histórico, tomou-se conhecimento de que este é um composto orgânico, que contém cloro, e que por se acumular no ambiente é de uso restrito ou proibido. Aprofundando a pesquisa, procurou-se estabelecer uma relação entre a poluição química e o meio ambiente. Configurou-se aí um problema de difícil solução, qual seja, a necessidade da utilização desses produtos nos dias de hoje. Foi então que se optou por pesquisar quem produz estas substâncias e o que fazem para evitar uma contaminação geral, ou seja, o que fazem para que o produto não provoque uma catástrofe ambiental. Chegou-se então ao caso Rhodia, indústria instalada no município de Cubatão, baixada santista, responsável pela contaminação por Hexaclorobenzeno, organoclorado de produção exclusiva da referida empresa. A partir da análise do processo impetrado contra ela, surgiu a idéia de avaliar a Responsabilidade Civil dos Poluidores de Hexaclorobenzeno. A importância do tema abordado decorre da possibilidade de ele se tornar um instrumento que criará condições, por meio da união dos conhecimentos físicos, químicos e jurídicos, para viabilizar o surgimento do liame da “actio danosa” e o resultado material lesivo nas vítimas. O objetivo do presente trabalho é o de utilizar a Responsabilidade Civil como um poderoso instrumento de combate ao comportamento ilícito de empresas poluidoras, tutelando o meio ambiente e a saúde da população fazendo com que, ao praticar o ato ilícito civil, as empresas assumam a responsabilidade a elas imputada qual seja indenizar, ressarcir as vítimas dos prejuízos causados. Outrossim, espera-se que essa atitude iniba a produção desses poluidores, ou que consiga delas os cuidados necessários para que não haja danos ambientais aos seres vivos.

Paulo José Ferraz de Arruda Júnior

- **Balneabilidade das Praias de Santos.**

Terça-feira, 25 de maio de 2004

A influência da abertura das comportas dos canais da Cidade na balneabilidade das praias foi um dos principais temas discutidos durante o dia 25 de maio, no simpósio Balneabilidade das Praias de Santos e a Saúde da População realizado nas dependências do Instituto Oceanográfico de Santos (IOS). O evento reuniu especialistas, políticos e integrantes da comunidade em geral para discussões de critérios de avaliação da balneabilidade das praias e adensamento urbano, segundo as condições de saneamento do Município (*resumo A Tribuna*). A ACPO participou dos debates na segunda metade do evento.

JUNHO

- **Eco-socialistas lançam seu Manifesto em Santos.**

Domingo, 06 de junho de 2004

Em 06 de junho, ambientalistas da Baixada Santista participaram do lançamento do Manifesto Eco-socialista Caiçara. Durante o evento palestraram sobre o tema Ernesto Zwarg e Maurício Waldemam. Após o debate houveram manifestações culturais, onde foram apresentados os trabalhos de Zélus Machado, Antônio do Pinho e Grupo Pau a Pique e Marcelo Ariel.

Clique para ler o Manifesto Eco-socialista Caiçara:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/eco-socialista.pdf

- **Audiências com autoridades para debater sobre a poluição e a contaminação ambiental, e a exposição e intoxicação humana na região metropolitana da Baixada Santista.**

Sexta-feira, 04 de junho de 2004

Às 14 horas do dia 04 de junho, membros da ACPO, se reuniram em audiência com a Sra. Subdelegada do Trabalho e Emprego em Santos (DRT/MTbE) **Dra. Rosângela Mendes Ribeiro Silva Cassaro**, para tratar de aspectos ocupacionais que envolveram a transferência irregular de resíduos altamente tóxicos do município de São Vidente - São Paulo para o município de Camaçari no Estado da Bahia.

Às 16 horas do mesmo dia estiveram em audiência com a Procuradoria da República em Santos com o **Dr. Antonio José Donizetti Molina Daloia**, para tratar da poluição e contaminação ambiental por Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Mercúrio (Hg) na Baixada Santista.

- **Audiência na Curadoria de Acidentes de Trabalho em Santos - Ministério Público do Estado de São Paulo.**

Quarta-feira, 16 de junho de 2004

Em 16 de junho, membros da ACPO se reuniram em audiência com a Sra. Promotora de Justiça da Curadoria de Acidentes de Trabalho de Santos a **Dra. Paula de Camargo Ferraz Fischer**, onde levaram a preocupação da ACPO com as perícias, a nosso ver PARCIAIS, que vêm sendo realizada devido as Ações Acidentárias e Cíveis impetradas face a intoxicação crônica por substâncias químicas causadas pela exposição laboral no pólo petroquímico de Cubatão, que além de prejudicar seriamente os trabalhadores intoxicados, pode estar escondendo um gigantesco caso de Saúde Pública na Baixada Santista.

Na oportunidade foi protocolizado documento denominado "[CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E A DISSEMINAÇÃO DOS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES \(POPs\), AS CONSEQUÊNCIAS DEVIDO A EXPOSIÇÃO E A INTOXICAÇÃO HUMANA, EM OPOSIÇÃO AOS LAUDOS MÉDICOS A RESPEITO](#)" (1). A Dra. Paula Fischer atendeu com grande atenção e ainda colocou que o Ministério Público foi proibido de se manifestar sobre o ambiente de trabalho nos processos, o que a nosso ver representa um retrocesso e pode prejudicar ainda mais os trabalhadores exposto em ambientes insalubres.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/mp_santos.pdf

- **Audiências com Autoridades.**

Quarta-feira, 23 de junho de 2004

Em 23 de junho, membros da ACPO estiveram em audiência no Gabinete da Deputada Estadual **Maria Lúcia Prandi**, onde foram oferecer subsídios positivos que vão ao encontro do importante Projeto de Lei de n.º 473/2003 de autoria da Deputada. Na concepção da ACPO, este é um marco histórico do Legislativo Brasileiro que em concordância com as medidas de banimento dos agrotóxicos organoclorados, proibidos há vários anos no Brasil (em face de sua alta periculosidade e de impossível gerenciamento), inicia o necessário processo de banimento de outros agentes organoclorados igualmente perigosos que contaminam o meio ambiente sendo extremamente tóxico aos seres humanos, como é o caso do percloroetileno.

Participaram da audiência os grandes usuários do percloroetileno, representados pela indústria de lavanderias que solicitavam a retirada do Projeto de Lei da pauta de votação; e que se discutisse a regulamentação do percloroetileno. Os empresários ficaram de encaminhar a Deputada uma proposta de regulamentação. Os membros da ACPO, resistentes a perpetuação do uso do percloroetileno, que representa o

agravamento da poluição com graves reflexos ambientais e de saúde pública, e devido a existência de várias alternativas ambientalmente mais sustentáveis, sugeriu aos Empresários para que apresentassem uma data limite e dentro da realidade para o banimento da substância tóxica.

Vários membros da ACPO possuem mais 15 anos de experiência na fabricação do percloroetileno, o que lhes credenciam a opinar com propriedade desta maléfica substância tóxica que envenena o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores. [Para ler a manifestação da ACPO na íntegra clique aqui \(1\)](#).

Neste mesmo dia, antecedendo a audiência na ALESP, membros da ACPO estiveram realizando vista aos procedimentos preparatórios no Ministério Público do Trabalho.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/alesp.pdf

JULHO

• PROGRAMA NACIONAL PARA ELIMINAÇÃO DO MERCÚRIO – IDENTIFICA POLUIÇÃO E INTERDITA EMPRESA DE RECICLAGEM DE MERCÚRIO.

Quinta-feira, 01 de julho de 2004

A empresa APLIQUIM opera no município de Paulínia na região de Campinas - SP - Brasil

O Programa Nacional para Eliminação do Mercúrio, provisoriamente denominado "PRONAEM", coordenado pela Auditora Fiscal da DRT de São Paulo a **Dra. Cecília Zavariz**, visa vistoriar as empresas em todo território nacional que usam o mercúrio em suas atividades e disciplinar a emissão deste metal tóxico que é extremamente volátil a temperatura ambiente e eliminar onde não se consiga a efetiva proteção do meio ambiente do trabalho e com isso a saúde dos trabalhadores.

Por ação do Programa Nacional para Eliminação do Mercúrio, realizou na Apliquim uma primeira inspeção em 12 de fevereiro de 2004, onde foram observadas várias irregularidades e determinado a sua correção. Em uma segunda inspeção em 30 de junho de 2004 visou-se a verificação das correções e a medição dos níveis de mercúrio no ambiente laboral. E em 01 de julho de 2004 em face às observações, resultados dos laudos dos exames ocupacionais e das medições da concentração de mercúrio no ambiente de trabalho, a Dra. Cecília Zavariz - Coordenadora do "PRONAEM", interditou a empresa Apliquim Equipamentos e Produtos Químicos

Ltda. Os equipamentos foram lacrados, devido aos problemas elencados que são incompatíveis com a atividade humana.

A contaminação laboral extrapolou os muros da empresa Apliquim, tendo sido identificados outros pontos fora da Empresa considerados áreas de influência. Os laudos da CETESB já indicavam a existência de concentração de mercúrio significativa em um raio de 600 metros, onde estão localizadas uma **ESCOLA** e a empresa Eucatex, a presença de mercúrio no ar foi de 480 nanogramas por metro cúbico. “A Organização Mundial da Saúde (OMS) aceita até 1.000 nanogramas, mas as entidades brasileiras trabalham com 300 nanogramas”, afirma Dra. Cecília. **“De qualquer maneira a situação é preocupante por causa da presença de crianças na região”**.

O "PRONAEM" também tem atuado em outras atividades que utiliza o mercúrio, e que de certa forma coloca em risco o meio ambiente laboral e a saúde dos trabalhadores, onde positivamente garante também a proteção ambiental global e a saúde da população urbana. Há exemplo: temos o caso das vistorias que estão acontecendo nas fábricas de soda-cloro parte da investigação da "PRONAEM", bem como do encaminhamento da Dra. Cecília Zavariz, que contou com apoio de vários setores, pedindo a eliminação do uso dos manômetros de mercúrio na rede hospitalar e serviço de saúde em geral.

Infelizmente o "PRONAEM" não tem tido o apoio necessário do Ministério do Trabalho, por exemplo, as medições realizadas na Apliquim, foram feitas com instrumento cedido pela empresa fornecedora de equipamentos de medição, pois o Ministério do Trabalho não destina verba para o aparelhamento das DRTs indispensáveis para bom andamento das atividades das DRTs em todo Brasil.

A emissão de mercúrio causada pela Apliquim no município de Paulínia, conta em seu processo com a participação das lâmpadas fluorescentes e de vapor de mercúrio lá recicladas, bem como com grandes quantidades de resíduos vindos das empresas **CARBOCLORO** localizada no município de Cubatão e **SOLVAY** localizada na região do Grande ABC, que enviam seus resíduos contaminados com mercúrio para serem "recuperados".

O problema representado pela empresa Apliquim na região é conhecido há tempos, por algumas autoridades, porém os encaminhamentos tomados foram prejudiciais ao meio Ambiente e a saúde ocupacional. Ver: [doc.01 \(1\)](#) - [doc.02 \(2\)](#) - [doc.03 \(3\)](#). A incursão que levou a interdição da empresa Apliquim, recicladora de mercúrio, pela Auditora Fiscal e Dra. Cecília Zavariz, contou com o apoio do **Dr. Marcos Sabino** da Procuradoria do Trabalho da Região, do **Sindicato dos Químicos de Campinas**, da **PROESP - Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies** - Região de

Campinas - SP e da ACPO - Associação de Combate aos POPs - Baixada Santista - SP.

Nota:

1. A Dra. Cecilia Zavariz é Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho, é PhD, expert em assuntos relacionados à contaminação do ambiente de trabalho e a consequente intoxicação dos trabalhadores pelo mercúrio. Produziu dois grandes trabalhos: Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado sobre o mercúrio. Assessora a ACPO, nos trabalhos junto a Ban-Hg-Wg (BAN MERCURY WORKING GROUP), onde participou com importante trabalho oferecido à Avaliação Global do Mercúrio (GMA). A Ban-Hg-Wg, acompanha os desdobramentos junto a UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) participando das discussões na questão do relacionadas e pelo banimento do mercúrio.

2. Para ler mais sobre os problemas causados pelo mercúrio visite: http://www.acpo.org.br/site_mercurio/Baixada-Santista.php

3. LEIA MAIS sobre o assunto no site do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas e Região (4).

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/tac01.gif

(2) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/tac02.gif

(3) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/tac03.gif

(4) http://www.quimicosunificados.com.br/lutas%20do%20dia%20a%20dia/paginas_d_e_lutas/Apliquim-interditada.htm

• **Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA.**

Quinta-feira, 01 de julho de 2004

Em reunião realizada (1) na sede da FUNDACENTRO/SP, o IBAMA - SP apresentou o [livro de deliberações da CNMA](#) (2). Ao final, foi apresentada as datas onde será discutida a implementação das propostas no Estado de São Paulo. Através do tel. (011) 30662633 poderão verificar as datas, pois foram divididos por temas, os mesmos utilizados durante a Conferência.

(1) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/ibama01.gif

(2) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/deliberacoes_cnma.pdf

• **Trabalhadores pedem Protocolo de Procedimentos para NEUROTÓXICOS.**

Sexta-feira, 02 de julho de 2004

Em Reunião realizada na sede da DRT/SP os trabalhadores intoxicados por mercúrio e POPs, assinaram documento enviado ao Ministério da Saúde, solicitando a construção de um amplo protocolo de procedimento para prevenção, padrões para diagnóstico, estabelecimento de nexos causais, tratamento adequado e contra indicações.

São Paulo, 13 de julho de 2004

Ex.mo. Sr. Dr. Humberto Costa Ministro de Estado da Saúde.

As entidades infra identificadas vêm solicitar a inclusão dos neurotóxicos, do qual fazem parte o mercúrio, os pesticidas e os solventes organohalogenados, entre outros, nos protocolos que serão elaborados pelo Ministério da Saúde.

O motivo de tal petição deve-se ao fato de que os serviços de saúde no País não dispõe de um protocolo específico para abordar as questões de saúde dos trabalhadores expostos e contaminados por estes agentes. Há necessidade de se estabelecer padrões para diagnóstico, estabelecimento de nexos causais, tratamento adequado e contra indicações.

Em face da complexidade do assunto solicitamos que seja instalada uma comissão multiprofissional e interinstitucional, em que seja discutida e construída uma proposta viável e adequada para o referido protocolo.

Cordialmente.

• ACPO REALIZA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

Terça-feira, 06 de julho de 2004

No dia 06 de julho de 2004, na sede do SINDIPETRO/Santos, a ACPO realizou sua Assembléia Geral para tratar de assunto único: a propositura de Ação Civil individual dos trabalhadores, ex-trabalhadores e trabalhadores de empreiteiras contra a empresa Rhodia. Na reunião ficou esclarecido que estaremos verificando também a questão da população que foi intoxicada pelos resíduos da Rhodia em toda Baixada Santista, bem como processos de indenização sobre casos de intoxicação com outras substâncias químicas.

• ACPO PARTICIPA DA REUNIÃO DO GEIAR (Grupo Estadual de Implantação e de Acompanhamento da RENAST).

Sexta-feira, 09 de julho de 2004

Representantes do SINDIPETRO/Santos e da ACPO estiveram reunidos **no dia 07 de julho de 2004** com o GEIAR para tratar da implementação da RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador) na Baixada Santista, região que não está se envolvendo na discussão desta importante ferramenta para a Saúde do Trabalhador. Na reunião ficou definido que estaríamos convidando para uma reunião específica os órgãos municipais envolvidos na questão da Administração Santista para tratar do assunto, uma vez que, a falta de seqüência na implementação do RENAST, como vem ocorrendo, poderá trazer prejuízos para a Região, provocando a perda da verba acumulada em 170 mil reais, bem como os repasses mensais de 14 mil reais, disponibilizados pelo Governo Federal.

No dia 09 de julho de 2004 foi realizada a [reunião proposta \(http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/renast.gif\)](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/renast.gif) onde estiveram presentes, entre outros, representantes do Executivo municipal de Santos (COVIG), da FUNDACENTRO, do Centro de Controle de Intoxicações (CCI), da Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi, do SINDIPETRO, do SINDPD, da ACPO entre outros, onde ficou definido:

- 1) A reativação do CONSELHO GESTOR DO SEVREST (CGV), composto com as entidades participantes da reunião mais um representante de cada município da Região Metropolitana das Baixada Santista (RMBS).
- 2) O CGS acumularia de forma provisória a função da Comissão Intersetorial Regional em Saúde do Trabalhador (CIST) que se encarregaria da implementação da RENAST.
- 3) A CIST Regional além da implementação da RENAST, também verificará a possibilidade de implantação do CIRST - Conselho Regional em Saúde do Trabalhador
- 4) Foi consensualmente resolvido que o Executivo Santista, através da Secretaria de Saúde de Santos, convocaria os presentes para uma próxima reunião, mais um representante de cada Conselho de Saúde e cada Secretaria de Saúde dos nove municípios da RMBS, que se realizará no dia 21 de julho de 2004 em horário e local a ser definidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Santos.

• **AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT).**

Terça-feira, 13 de julho de 2004

Em face do Procedimento Preparatório que tramita no MPT, sob o número **PP 4915**, a ACPO participou de Audiência para tratar da discriminação que a empresa Rhodia,

vem impondo aos trabalhadores da Unidade Química de Cubatão. A empresa não compareceu a Audiência prejudicando os trabalhos.

O Advogado do Sindicato dos Químicos da Baixada Santista compareceu a reunião e disse que deveria haver uma aproximação entre o Sindicato dos Químicos da Baixada Santista e a ACPO. Uma reunião para tratar deste assunto foi marcada para o dia 19 de julho na sede da ACPO.

Ao final ficou definido o desmembramento do Processo em face das complexas interfaces que envolvem o caso Rhodia, devendo o núcleo de Discriminação do MPT tratar apenas do caso específico.

• Encontro Nacional da "Rede Brasileira de Justiça Ambiental".

Sexta-feira, 16 de julho de 2004

Em Reunião entre alguns membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, definiram que o evento Nacional acontecerá entre os dias 24 e 27 de novembro. Objetivos do Encontro teria a finalidade, de entre outras coisas, aprofundar a identidade da Rede interna e externamente; Trocar experiências e avaliar as estratégias; Sensibilizar/influenciar operadores de direitos e instituições públicas para que incorporem a perspectiva da Justiça Ambiental em seus estudos e ações; Promover uma discussão que relacione as diferentes dimensões das questões sócio-ambientais a partir da noção de justiça ambiental, de forma a unir os movimentos em torno do combate às desigualdades ambientais e às novas estratégias do capital global; Fortalecer lideranças que desenvolvam, a partir de seus movimentos, ações de combate à injustiça ambiental no país...

• AUDIÊNCIA NO MPT DEFINE DIRETRIZES PARA O CASO APLIQUIM.

Sexta-feira, 23 de julho de 2004

Audiência pública realizada no Ministério Público - Procuradoria Regional do Trabalho-15ª Região, define através de TAC as condições para que a empresa APLIQUIM retome suas atividades de forma a não por em risco a Saúde integral do meio ambiente de trabalho.

Entre o deliberado estão as reformas necessárias para retomada do tratamento das lâmpadas a base de mercúrio e o abandono do trabalho do trabalho de recuperação de lama altamente contaminadas com mercúrio provenientes das empresas de cloro-soda.

Uma vez solucionado a parte trabalhista, incluídas no TAC as pesquisas mais apuradas em relação à saúde dos trabalhadores, e numa segunda etapa ex-trabalhadores da empresa. Resta definir os problemas que pode haver de cunho

ambiental e de saúde pública que deveria estar sendo respondida de forma mais profissional pela CETESB e pela Vigilância Sanitária da Região.

• COMISSÃO TÉCNICA DE ESTUDOS PARA AÇÕES INTEGRADAS "SUS" NA BAIXADA SANTISTA.

Quinta-feira, 29 de julho de 2004

Da reunião de 13 de maio de 2004 foi iniciada a construção do regimento Interno, que consumiu todo o tempo da reunião. A reunião que havia sido para o dia 17 de junho de 2004, foi transferida para o dia 29 do mesmo mês, porém, infelizmente foi cancelada por não ter havido quorum.

AGOSTO

• DIA DE AÇÃO GLOBAL SOBRE RESÍDUOS (GAIA - Global Anti-Incinerator Alliance).

Segunda-feira, 09 de agosto de 2004

No dia 1º de setembro de 2004 a GAIA - Global Anti-Incinerator Alliance, uma Rede Internacional de Entidades ambientalistas que trabalha contra a incineração de resíduos domésticos e industriais e que ao mesmo tempo requer a adoção de alternativas a esta tecnologia obsoleta está organizando pelo terceiro ano consecutivo o Dia de Ação Global, este ano enfatizando sobre Resíduos.

O Dia de Ação Global sobre Resíduos (DAGR) busca chamar a atenção internacional sobre as alternativas seguras e sustentáveis a incineração de resíduos, com a finalidade da conservação dos recursos naturais, ora em declínio em nosso planeta, busca também a criação de bem estar e empregos; proteger a saúde ambiental e humana de processos, materiais e contaminantes tóxicos.

O DAGR amplifica as vozes dos cidadãos que clamam por soluções autênticas em face do crescente volume e toxicidade dos lixos gerados pela sociedade atual, baseada na "extração, fabricação e descarte". Assim convidamos você para participar deste interessante Evento que tem como princípio buscar alternativas sem recorrer à incineração.

Mais informações em:

<http://www.no-burn.org>

• FÓRUM SOCIAL DAS AMÉRICA (Quito - Equador).

Terça-feira, 10 de agosto de 2004

A [Rede Brasileira de Justiça Ambiental](http://www.justicaambiental.org.br/) (<http://www.justicaambiental.org.br/>) – **RBJA** organizou e realizou no dia 27 de agosto de 2004, conjuntamente com outros movimentos latino americanos, uma oficina sobre o tema Justiça Ambiental no Fórum Social das Américas, em Quito. Foi apresentado de forma mais clara o conceito de Justiça Ambiental, os problemas de contaminação ambiental e intoxicação humana causadas pelas multinacionais, a incapacidade dos governos em proteger os bens públicos e a sociedade civil das Injustiças Ambientais (falta de governança), e as possíveis articulações em nível global para fortalecer as comunidades marginalizada em busca de JUSTIÇA AMBIENTAL.

• O PARQUE NACIONAL YASUNI EM PERIGO.

Terça-feira, 10 de agosto de 2004

PETROBRÁS DEVERÁ PARTICIPAR NO INCREMENTO DA CONTAMINAÇÃO QUÍMICA NA CABECEIRA DO RIO AMAZONAS, ALÉM DE AMEAÇAR A INTEGRIDADE DO PARQUE NACIONAL YASUNÍ E DA POPULAÇÃO INDÍGENA HUAORANI

Missão internacional denuncia o **duplo padrão** utilizado pela Petrobrás em sua intenção de se instalar em uma área de proteção ambiental no coração da Amazônia equatoriana onde, a exemplo das empresas REPSOL YPF e ENCANA, que estão produzindo enormes impactos socioambientais na região, possivelmente degradará o que resta de floresta preservada e dos grupos indígenas não contatados.

Clique aqui para ler mais:
<http://www.justicaambiental.org.br/>

• SEMINÁRIO DA CONASQ (Comissão Nacional de Segurança Química).

Sexta-feira, 13 de agosto de 2004

No dia 10 e 11 de agosto de 2004 a ACPO representando o FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável participou do Seminário patrocinado pela Comissão Nacional de Segurança Química realizada em Salvador na Bahia.

Clique aqui para ver o Programa:
http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/conasq.pdf

Para mais informações: prorisc@mma.gov.br; sqa@mma.gov.br

• APLIQUIM RETOMA O TRATAMENTO DE LÂMPADAS.

Terça-feira, 17 de agosto de 2004

O Programa Nacional para Eliminação do Mercúrio (PRONAEM), coordenado pela Auditora Fiscal da DRT de São Paulo a Dra. Cecília Zavariz, que visa vistoriar as empresas que fazem uso do mercúrio em todo território nacional, **suspendeu no dia 17 de agosto de 2004, a interdição do processo de tratamento de lâmpadas da empresa APLIQUIM.** A máquina de rupturas de lâmpadas conta agora com processo mais integrado e com dispositivos de controle de poluição mais adequados.

Conforme o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 116, assinado entre o Ministério Público do Trabalho da **15ª REGIÃO** e empresa APLIQUIM, esta última fica obrigada a, entre outras coisas: Realizar avaliações ambientais de mercúrio comprovando a inexistência de risco à saúde dos trabalhadores, com acompanhamento da CETESB, Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, de acordo com as atribuições de casa órgão. Caso necessário, a empresa arcará com os custos referentes a exames especiais (complementares) que o SUS não contempla.

E em face do compromisso da empresa de abandonar o processamento da lama contaminada com elevados níveis de mercúrios provenientes das empresas de cloro-soda (SOLVAY E CARBOCLORO), foi acordado com o MPT que a APLIQUIM encaminhará de volta os resíduos mercuriais restantes que houver para as indústrias que os geraram no prazo de 30 dias.

O termo de Suspensão de Interdição foi emitido depois de comprovados, através de medições, o enquadramento da empresa dentro das exigências legais de saúde ocupacional e ainda discorre que a CETESB fará a avaliação do ar emitido pela chaminé devendo apresentar os resultados.

O enquadramento da Empresa nas condições ocupacionais ideais de trabalho, adotando a partir de agora uma filosofia de **melhoria contínua** em busca de uma atividade ambientalmente sustentável em todos os seus aspectos, foi em parte devido ao interesse de um dos proprietários da empresa que demonstrou preocupação com os reclamos da sociedade civil e respeito às autoridades legalmente constituídas, ora representadas pela Dra. Cecília Zavariz – Auditora da DRT/Capital-SP.

Apoiaram a Dra. Cecília Zavariz, no processo de desinterdição, o Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas e Região a ACPO - Associação de Combate aos Poluentes Persistentes e o Dr. Marcos Sabino e membros da Secretaria do Meio Ambiente de Paulínia.

A CETESB, ORA É CHAMADA PARA FAZER O SEU PAPEL E APRESENTAR OS RESULTADOS DOS TESTES QUE DEVERÃO SER REALIZADOS. Nós da ACPO esperamos que a CETESB realize os testes **NECESSÁRIOS** na maior brevidade possível, e demonstre um pouco mais de interesse, pois o seu maior cliente é a população que além de promover a seu sustento, espera respostas mais pontuais e efetivas da companhia.

Nota:

I. A Dra. Cecilia Zavariz é Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho, é PhD, expert em assuntos relacionados à contaminação do ambiente de trabalho e a conseqüente intoxicação dos trabalhadores pelo mercúrio. Produziu dois grandes trabalhos: Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado sobre o mercúrio. Assessora a ACPO, nos trabalhos junto a Ban-Hg-Wg (BAN MERCURY WORKING GROUP), onde participou com importante trabalho oferecido à Avaliação Global do Mercúrio (GMA). A Ban-Hg-Wg, acompanha os desdobramentos junto a UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) participando das discussões na questão do relacionadas e pelo banimento do mercúrio.

Para saber mais:

Termo de Ajustamento:

PG 01

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apmpt01.gif

PG 02

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apmpt02.gif

PG 03

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apmpt03.gif

Imagens:

IMG 01

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apliquim_01.jpg

IMG 02

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apliquim_02.jpg

IMG 03

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apliquim_03.jpg

IMG 04

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apliquim_04.jpg

IMG 05

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/apliquim_05.jpg

- **Secretaria de Estado da Saúde (CVS - Divisão de Vigilância Sanitária do Trabalho).**

Terça-feira, 17 de agosto de 2004

GLUTARALDEÍDO

No dia 17 de julho de 2004 a divisão de Vigilância do Trabalho, [realizou a reunião do Grupo Técnico](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/cvs01.gif) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/cvs01.gif) para buscar a elaboração de um Protocolo, visando a discussão do uso controlado do Glutaraldeído. O Grupo que agora agregará mais alguns atores para continuação das discussões, apresentou os trabalhos já realizados como a sistematização dos dados coletados sobre o uso do Glutaraldeído em estabelecimentos assistências de saúde.

Discutido o documento, houve uma rodada de colocações sobre as impressões, específicas, que aumentou ainda mais o conhecimento sobre o assunto. O Grupo ficou de estudar o documento e apresentar sugestões para próxima reunião.

Conclusões do documento apresentado:

PÁG. 14

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/cvs02.gif

PÁG. 15

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/cvs03.gif

- **AUDIÊNCIA NA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO, SOBRE A DUPLICAÇÃO DA BR 116 RODOVIA RÉGIS BETTENCOURT - SERRA DO CAFEZAL - SERRA DO MAR.**

Quinta-feira, 19 de agosto de 2004

A sociedade civil entrega documentos onde propõe alternativas para a duplicação da Rodovia Régis Bittencourt no trecho da Serra do Cafezal e pleiteia sete itens de urgência para manutenção no trecho marcado por muitos acidentes.

Clique aqui para ler mais:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/cafezal.htm

- **COMISSÃO TÉCNICA DE ESTUDOS PARA AÇÕES INTEGRADAS "SUS" NA BAIXADA SANTISTA.**

Quinta-feira, 26 de agosto de 2004

Da reunião de 26 de agosto de 2004, foi aprovado o Regimento Interno, que norteará a Comissão Técnica de Estudos para Ações Integradas (CAS).

Clique aqui para acessar o Regimento Interno:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/Regimentocas.pdf

• CAUSAS, PROBLEMAS E SOLUÇÕES SOBRE A CONTAMINAÇÃO HUMANA e AMBIENTAL.

Segunda-feira, 30 de agosto de 2004

ACPO participou do Seminário **CAUSAS, PROBLEMAS E SOLUÇÕES SOBRE A CONTAMINAÇÃO HUMANA e AMBIENTAL** realizado no dia 30 de agosto de 2004, no Espaço IADI - Rua Bela Cintra, nº 967 - São Paulo - SP. O evento foi realizado por Ricardo F. Oliani - www.wigliani.com.br - contato@wigliani.com.br - Tel. (11) 3675.8065 - Cel. (11) 9788.2777.

SETEMBRO

• Dia de Ação Global sobre Resíduos.

Quarta-feira, 01 de setembro de 2004

Com intuito de promover a reflexão sobre as formas de destinação final dos resíduos, a Aliança Global contra a Incineração (GAIA) realizou no dia 1º de setembro de 2004 um evento em nível mundial denominado [Dia de Ação Global sobre Resíduos](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/dagr.gif) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/dagr.gif). A Rede GAIA combate as formas insustentáveis de tratamento e destinação de resíduos end-of-pipe, que tem como representante principal a tecnologia de incineração e suas variantes e os aterros e suas variantes. A incineração é considerada mundialmente ultrapassada, tanto para os resíduos domésticos (lixo domiciliar), como para os resíduos industriais e hospitalares. E os aterros, pode se definir como a transferência dos passivos tóxicos (uma dívida ambiental) criados pela irresponsabilidade da presente para as futuras gerações. Atualmente o lobby internacional, detentores de marcas de incineradores vêm tentando transferir essa tecnologia que sofre pressão da sociedade civil por ser uma tecnologia poluidora e ultrapassada no primeiro mundo, para os países em desenvolvimento, como o Brasil.

No Brasil:

São Paulo - na cidade de Santos foi realizado um [Seminário sobre o DAGR](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/DAGR.pdf) (http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/DAGR.pdf) com três apresentações que antecederam os debates: 1) **DIA DE AÇÃO GLOBAL** - apresentada pela ACPO; 2) **USO DE RESÍDUOS PERIGOSOS NA**

AGRICULTURA - apresentado por Élio Lopes; e 3) **ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO** - apresentado por Cláudio Tosta. - [para ver as imagens clique aqui \(http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/dagr2004.htm\)](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/dagr2004.htm)

Mato Grosso do Sul - os eventos realizados na [cidade de Campo Grande \(http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/dagrms.jpg\)](http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/dagrms.jpg) tiveram grande cobertura da mídia, podendo ser acessado através do GOOGLE.

<p><i>..: Notícia</i> ... pesquisadores e voluntários realizam no dia 1º de setembro, a partir das 10:00 horas, o Ato Público do Dia de Ação Global sobre Resíduos (DAGR)...</p>	<p><i>..: TERRASMS</i> ... lixo pode causar à saúde pública. O evento faz parte do Dia de Ação Global sobre Resíduos (DAGR). O ato vai acontecer às 10...</p>
<p><i>..: Correio do Estado</i> ... “A incineração é poluição, é veneno”, afirma Patrícia. Ontem foi o Dia Nacional de Combate à Incineração e o Dia de Ação Global sobre Resíduos...</p>	<p><i>..: Perfil NEWS</i> ... recicláveis, pesquisadores e voluntários realizam hoje, a partir das 10 horas, o Ato Público do DAGR (Dia de Ação Global sobre Resíduos), que pretende...</p>

ATENÇÃO - Participe desta AÇÃO CIDADÃ assinando a petição contra a incineração no seguinte endereço:

http://www.justicaambiental.org.br/campanha_form.asp?conteudo_id=2029

Contatos: www.justicaambiental.org.br; www.riosvivos.org.br; www.acpo.org.br

• FUNDACENTRO AVANÇA.

Quinta-feira, 02 de setembro de 2004

No dia 02 de setembro de 2004 a FUNDACENTRO ERBS realizou a 3ª Reunião do Conselho Consultivo. Após a abertura da reunião feita pelo Delegado Regional Sr. Salvador Pires, tomou a palavra a Presidente Nacional da FUNDACENTRO a Sra. Rosiver Pavan que fez uma exposição sobre as atividades da Entidade em nível nacional. Em seguida houve vários informes por parte dos Srs. Conselheiros. A seguir o Sr. Salvador Pires realizou uma [apresentação sobre as atividades da Fundacentro na Baixada Santista no primeiro semestre de 2004 \(1\)](#). Seguindo a pauta a ACPO através dos seus representantes realizaram uma apresentação conforme [disposto pauta \(2\)](#). Ao final o Sr. Salvador Pires reforçou os graves problemas e os desafios que se têm pela frente em relação à Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

(1) http://www.fundacentro.gov.br/CTN/Relatorio_ERBS_1_Semestre_2004.pdf

(2) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/FundaConCon.jpg

• DRAGAGEM TÓXICA.

Quinta-feira, 02 de setembro de 2004

O PROJETO PREVÊ A DRAGAGEM DE CANAL DE NAVEGAÇÃO TOTALMENTE CONTAMINADO COM TODA SORTE DE METAIS PESADOS, STP, VOCs E POPs, SOBRE A INFLUÊNCIA DE FONTES ATIVAS E AINDA DE QUEBRA PROMETE GERAR UM GIGANTESCO PASSIVO TÓXICOS PARA AS FUTURAS GERAÇÕES... O PROJETO É INÓCUO, INADEQUADO, CONCENTRA O LUCRO E TRANSFERE O ÔNUS SOCIAL, AMBIENTAL E DE SAÚDE PÚBLICA PARA SOCIEDADE.

ISSO É O QUE PODEMOS CHAMAR VERDADEIRAMENTE DE INJUSTIÇA AMBIENTAL...

A ACPO DEVERÁ REMETER CÓPIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA QUÍMICA (CONASQ) E PARA COMISSÃO NACIONAL DE PRODUÇÃO MAIS LIMPA PARA QUE OS RESPECTIVOS ÓRGÃOS SE MANIFESTEM SOBRE O TEMA.

Leia mais clicando aqui:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/dragagem_toxica.htm

• AÇÕES CÍVEIS CONTRA RHODIA - UQC.

Domingo, 05 de setembro de 2004

Após contaminar os trabalhadores em sua fábrica com agentes químicos tóxicos que tem como efeitos adversos à saúde interferir no sistema hormonal, causar doença de pele, fígado, rins, sistema nervoso central, cloracne, câncer e também poder afetar as futuras gerações destes trabalhadores, fato que já vêm ocorrendo, o advogado **Dr. Paulo José Ferraz de Arruda Júnior** fundamentado em uma dissertação de mestrado de Direito vai embasar as novas ações destes trabalhadores contra a Rhodia Brasil de Cubatão, desativada em junho de 1993.

A pesquisa de Arruda levou três anos para ser concluída e prova, segundo ele, que a causa dos problemas apresentados pelos trabalhadores é a exposição a esta substância química. “A dissertação comprova o nexos da causalidade, ou seja, que o produto causou diversos problemas de saúde nas pessoas”, relatou...

Para ler mais clique aqui (1,75MB):

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/trifinal.gif

• MICROGATE – O ESCÂNDALO DOS MICRONUTRIENTES.

Quarta-feira, 15 de setembro de 2004

Lixo tóxico importado para enriquecer fertilizantes pode contaminar o solo, a água e toda a lavoura nacional

As plantas, inclusive aquelas que servem de alimentos aos seres humanos, sintetizam 60 elementos químicos que são necessários para sua constituição que estão contidos no solo, na água e no ar. Existem 16 elementos essenciais divididos em MACRONUTRIENTES primários (N, P, K) e secundários (Ca, S, Mg) e MICRONUTRIENTES (B, Cu, Cl, Fe, Mn, Mo, Zn) mais o hidrogênio (H₂), oxigênio (O₂) e o carbono (C) retirados do ar atmosférico e da água.

Num passado, não muito distante, os micronutrientes eram formulados a partir de minérios.

Em entrevista ao [informativo DIESAT \(1\)](#) o Engenheiro Élio Lopes relatou que a partir de 1970, a fim de aumentar a lucratividade, algumas empresas de micronutrientes passaram a [aproveitar os resíduos industriais \(2\)](#) na busca de elementos considerados essenciais a agricultura como: B, Cu, Cl, Fe, Mn, Mo, Zn. Porém, diferentemente dos minérios, estes resíduos industriais também contém altas concentrações de metais pesados tóxicos, elementos químicos que não enriquecem os fertilizantes e não são essenciais à agricultura, exercendo apenas o papel de contaminante do solo, da água superficial, subterrânea e do solo agricultável.

Nestes resíduos existem vários tipos de contaminantes químicos que são agentes indesejáveis na produção agrícola, se acumulam nos compartimentos ambientais e parte deles são transferidos aos alimentos, entrando assim na cadeia trófica, risco de contaminação dos seres humanos e dos animais. Os contaminantes tóxicos indesejados são, entre outros, os metais pesados tóxicos (Al, Cd, Cr, Pb, Hg, etc), os POPs ou poluentes orgânicos persistentes (PCBs, HCB, HCHs), entre outros tais como, PAHs, fenóis e clorofenóis, dioxinas e furanos.

Segundo a reportagem publicada na revista "[Isto É](#)" (3), é justamente isto que está acontecendo no Brasil, ou seja, há importação de resíduos altamente tóxicos contendo altos teores de chumbo. “O chumbo é encontrado no solo em no máximo 40 partes por milhão e, na carga importada, está acima de 100 mil partes por milhão” ([quais os danos que pode causar o chumbo na saúde humana?](#)) (4).

Convém ressaltar, que além dos resíduos das indústrias nacionais, há resíduos de outras empresas de países ricos, que incluem naquilo que chamam de sucata, todo tipo de resíduos, que chegam ao nosso país disfarçados de minério de zinco. Na lista estão

companhias da Espanha, Holanda, Suíça, França e dos Estados Unidos. O chumbo, por exemplo, pode existir na natureza, porém em baixas concentrações.

A importação ilegal foi descoberta pela [Procuradoria da República em Santos \(5\)](#), em setembro de 2003, quando uma carga dada como perdida foi leiloada pela Receita. O leilão foi vencido justamente por uma empresa da área de insumos agrícolas. Após a descoberta, o MPF conseguiu impugnar o leilão e a entrega do material tóxico.

O Ministério Público Federal – MPF continua apurando o caso, tendo também requisitado a abertura de inquérito instaurado na Delegacia de Polícia Federal em Santos, que averigua os crimes de importação ilegal, crime ambiental e a suspeita de utilização de empresas inidôneas para a importação do material.

Pesquisa e mais informações:

<http://www.unesp.br/desenv/web/cvpr/temas.htm>

http://www.drabl.min-agricultura.pt/drabl/documentos/agricultura_natureza.htm

<http://edafologia.ugr.es/conta/tema14/intro.htm>

- (1) http://www.diesat.org.br/Informativos/informativo_abr_2004.htm#g7
- (2) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/micronutrientes.htm
- (3) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/istoe1822.pdf
- (4) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/MPE_JACAREI.pdf
- (5) http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/pgr.htm

• CETESB SMA.

Quinta-feira, 16 de setembro de 2004

A ACPO encaminhou ofícios a CETESB, via SMA solicitando informações sobre as medições das emissões atmosféricas na empresa Apliquim localizada na cidade de Paulínia/SP posterior as alterações técnicas realizadas na empresa. Também foram solicitadas informações da avaliação da área contaminada por resíduos tóxicos na área da empresa Rhodia em Santo André/SP. Informações também sobre o atual estágio da incineração no Estado de São Paulo, onde são formulados vários questionamentos.

• CASO RHODIA.

Sexta-feira, 17 de setembro de 2004

1. ACPO solicitou ao Ministério Público do Estado de São Paulo a verificação de suposta irregularidade no contrato que a empresa Rhodia Brasil Ltda., assinou com a Equipe que se propõe a realizar o teste neurocomportamental nos trabalhadores que

foram expostos e contaminados no interior desta Empresa. Entre as irregularidades está a aplicação de teste de idoneidade nos trabalhadores comprovadamente intoxicados que é proposto pelo responsável médico. Um absurdo frente à agressão patente imposta pela contaminação por substâncias reconhecidamente neurotóxicas que já estão presente no organismo dos trabalhadores por anos, além do dano a saúde, moral e potencial já existentes.

2. A ACPO solicitou ao Ministério Público do Estado de São Paulo que exija da empresa Rhodia o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta 249/93 quanto a semestralidade dos exames médicos, onde a empresa está totalmente inadimplente. E também o cumprimento por parte da empresa dos encaminhamentos médicos e remédios, onde também segue inadimplente em diversos casos.

3. A ACPO requereu que o depósito do seguro de R\$ 25.000.000,00 seja atualizado e recomposto uma vez que o saque realizado pela empresa de R\$ 6.000.000,00 não reflete de nenhuma forma a realidade de um passivo ainda existente estimado em mais de 2,5 bilhões de Real.

• UNEP REALIZA SEMINÁRIO SOBRE MERCÚRIO NA ARGENTINA.

Segunda-feira, 20 de setembro de 2004

ACPO representou a BAN HG WG no TALLER REGIONAL PARA FOMENTAR A SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A CONTAMINAÇÃO CAUSADA PELO MERCÚRIO, patrocinada pela UNEP/ONU na Argentina entre 13 e 16 de setembro de 2004. O Grupo de trabalho Ban-Hg-Wg é cadastrado no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para discutir sobre a potencialidade de contaminação do mercúrio. A Doutora Cecília Zavariz representou as entidades junto ao Evento.

Clique para ler o Programa:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/programehg.pdf

Clique para ler a lista de Participantes:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/tallerhg.pdf

Clique para ler a apresentação da ACPO - BAN-Hg-Wg por Dra. Cecília Zavariz:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/unep_hg.pdf

Clique para ler mais sobre a Ação do UNEP em relação ao Mercúrio:

<http://www.chem.unep.ch/mercury>

OUTUBRO

• COLÉGIO EQUIPE.

Quinta-feira, 07 de outubro de 2004

A ACPO teve a honra de mais um ano participar das atividades externas do Colégio Equipe que busca levar conhecimentos aos alunos sobre as causas e os efeitos do Impacto ambiental na Baixada Santista.

Neste dia membros da ACPO também assistiu a palestra do Engenheiro Élio Lopes e do Procurador da República em Santos, Dr. Antonio José Donizetti Molina Daloia realizada em virtude do Seminário 2º COLPEX - Congresso de Logística Portuária e Comércio Exterior realizado em Santos.

• RENAST SANTOS EMPERRA.

Sábado, 14 de outubro de 2004

Membros da ACPO e do SINDIPETRO com apoio do SINDPD e Metalúrgicos protocolizaram requerimento na Secretaria de Saúde Santos solicitando a instalação da CIST - Comissão ou Conselho Intersetorial de Saúde do Trabalhador para definir a implementação da Rede Nacional de Atenção Integral em Saúde do Trabalhador (RENAST). Em anexo ao documento seguiu minuta para portaria de criação e outro para o Regimento Interno da CIST da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

• DhESC - Independência dos Juízes.

Sábado, 16 de outubro de 2004

A ACPO participa da reunião realizada entre a sociedade civil e o Embaixador Leandro Despouy, relator da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre independência de magistrados e advogados.

Reportagem:

O Brasil é um país no qual seus habitantes, sobretudo os mais pobres, não têm acesso ao Poder Judiciário e vivem à mercê de desrespeitos aos direitos humanos. A acusação é do relator da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre independência de magistrados e advogados, o argentino Leandro Despouy. O embaixador passou 13 dias no país e conversou com mais de 500 pessoas em Brasília, São Paulo, Belém, Recife e Porto Alegre.

"A principal observação que faço é a falta de acesso à Justiça por parte da população, por ordem social, econômica ou de exclusão, que não tem possibilidade material de recorrer a um tribunal. É uma comprovação que foi verificada tanto das impressões tiradas dos meios jurídicos quanto da sociedade civil", disse Despouy na tarde de ontem, antes de deixar o país. "Os testemunhos de crianças, mulheres, populações indígenas mostram essa realidade, que abala também integrantes de movimentos sociais, principalmente relativos a questões de terra", afirmou o relator da ONU.

Para melhorar a realidade do país em relação ao Judiciário, Despouy fez uma recomendação considerada por ele como fundamental para o país: é necessário fortalecimento das defensorias públicas. "Só assim alguns setores mais vulneráveis serão protegidos", disse. O segundo problema crônico do Judiciário brasileiro destacado pelo relator da ONU foi a morosidade da Justiça. "O sistema brasileiro é garantista, o que estabelece uma pluralidade enorme de recursos. Mas, na prática, a prestação jurisdicional fica abalada", relatou.

As críticas sobraram também para a União. "Fui muito abastecido de depoimentos sobre os descumprimentos de decisões judiciais por parte do Estado, que também é acusado de recursos inúteis", afirmou o argentino.

O relator da ONU destacou a morosidade no Judiciário de São Paulo como um dos principais problemas. Em contrapartida, elogiou os tribunais do Rio Grande do Sul, ao classificá-los de "bastante avançados".

Despouy mostrou-se preocupado com o trabalho de juízes e procuradores em comunidades muito violentas. "Alguns deles correm riscos de vida, o que obviamente afeta os seus trabalhos", disse. O relator criticou relações suspeitas de juízes ou as pressões sofridas nas pequenas cidades. "As relações entre magistrados e os interesses econômicos acabam afetando a independência do Judiciário."

Para completar as preocupações com relação à atuação dos juízes, Despouy fez uma denúncia. "Me impressionaram testemunhas que relataram como crianças e adolescentes são vítimas de crimes de natureza sexuais. Havia inclusive envolvimento do próprio Poder Judiciário nesses delitos, histórias que não eram investigadas", revelou o observador. Ele ainda abordou questões polêmicas como a prerrogativa do Ministério Público em fazer investigações criminais, defendida por ele com a ressalva de que é preciso uma regulamentação para garantir respeito aos direitos humanos. Despouy ainda defendeu as súmulas vinculante e impeditiva de recursos e o controle externo do Judiciário. Aliás, sobre esse ponto, Despouy disse tratar-se de uma tendência mundial.

Políticas, as associações de magistrados e procuradores elogiaram Despouy e evitaram comentar as questões polêmicas tratadas pelo representante da ONU. "Ficamos satisfeitos com a defesa do poder de investigação de procuradores", disse o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolau Dino.

Thiago Vitale Jayme de Brasília para o VALOR ECONÔMICO de 27/10/2004

• **FUNDACENTRO.**

Segunda-feira, 18 de outubro de 2004

A reunião do Conselho da Fundacentro Santos teve a presença da médica e pesquisadora da USP, Dra. Marcília Medrado. A Dra. Marcília expôs sobre o trabalho que vêm realizando com muita dificuldade sobre aspectos de saúde da Baixada Santista. A pesquisa encontra-se parado pela falta de financiamento dos trabalhos adicionais que se faz necessário. A pesquisa é de alto interesse público para a população santista e região.

• **DRT - SP.**

Quarta-feira, 20 de outubro de 2004

Membros da ACPO visitam a DRT/SP e realiza vistas a processos administrativos. E conversa em curta audiência com o Sr. Delegado do Trabalho em São Paulo Dr. Heiguiberto Guiba Dela Bella Navarro sobre aspectos da contaminação do ambiente de trabalho e intoxicação dos trabalhadores na indústria química.

• **3º Seminário Estadual Áreas Contaminadas e Saúde.**

Quarta-feira, 27 de outubro de 2004

Dia 27 e 28 membros da ACPO participam do 3º Seminário Estadual Áreas Contaminadas e Saúde, o evento teve interessantes palestras, ficando clara a necessidade de desenvolvimento da Saúde Ambiental. Dentre as várias colocações interessantes chamou a atenção o projeto que dá conta da construção de um Campus da USP na zona leste, sobre solo contaminado, porém não ficou clara a caracterização e extensão da contaminação durante o evento.

NOVEMBRO

• **USP.**

Sexta-feira, 05 de novembro de 2004

Membros da ACPO participam de aula na USP a convite da Dra. Marcília Medrado, onde realizam uma pequena exposição sobre os problemas ambientais e potenciais

danos à saúde pública na Baixada Santista advindos da contaminação química industrial.

- **GLUTARALDEÍDO.**

Segunda-feira, 08 de novembro de 2004

A ACPO participa de mais uma reunião na Secretaria de Estado da Saúde CVS - Divisão de Vigilância Sanitária do Grupo Técnico que busca a elaboração de um Protocolo, visando a uso controlado do Glutaraldeído.

- **SEMINÁRIO.**

Terça-feira, 09 de novembro de 2004

A ACPO participou do Seminário denominado DILEMAS E DESAFIOS EM COMUNICAÇÃO DO RISCO E SAÚDE: CONSTRUINDO UMA ESTRATÉGIA PARA SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO – BA, tendo realizado uma apresentação no painel "Estratégias de educação, comunicação e divulgação: algumas experiências nacionais". O seminário foi realizado entre os dias 13 e 15 de novembro de 2004 em Salvador - Bahia.

Programa:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/2_Programa.pdf

- **MPT, DRT, TRF3.**

Sexta-feira, 12 de novembro de 2004

Membros da ACPO estiveram realizando vistas em processos e também mantendo interlocução na parte da manhã no Ministério Público do Trabalho e na Delegacia Regional do Trabalho, na parte da tarde estiveram no Tribunal Regional Federal da Terceira Região. A Noite estiveram em reunião com o grupo que coordena a Rede Eco-Socialista Caiçara, onde foi definido o grupo que participará do Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

- **CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR.**

Segunda-feira, 22 de novembro de 2004

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2004 foi realizada na Capital de São Paulo o Seminário Preparatório para 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. A ACPO participou de Grupo de Trabalho conforme a programação. No primeiro dia houve palestras e no segundo dia foram formados grupos de trabalho e a plenária final, em ambos os dias as discussões giraram em torno de três eixos principais:

I: COMO GARANTIR A INTEGRALIDADE E A TRANSVERSALIDADE DA AÇÃO DO ESTADO EM SAÚDE DOS (AS) TRABALHADORES (AS)?

II: COMO INCORPORAR A SAÚDE DOS (AS) TRABALHADORES (AS) NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PAÍS?

III: COMO EFETIVAR E AMPLIAR O CONTROLE SOCIAL EM SAÚDE DOS (AS) TRABALHADORES (AS)?

• Encontro Macro Regional RENAST.

Segunda-feira, 22 de novembro de 2004

Ministério da Saúde através Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Área Técnica de Saúde do Trabalhador com apoio da Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo realizarão no dia 19 de novembro de 2004 o I ENCONTRO MACRO REGIONAL - REGIÃO SUDESTE DA REDE NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL EM SAÚDE DO TRABALHADOR (RENAST) nas dependências do Centro de Convenção Rebouças na capital paulista. A ACPO assistiu o Evento.

Desatacamos a homenagem prestada durante o Evento ao companheiro Sebastião da Silva, carinhosamente chamado pelos colegas de “Chorão, que lutou vigorosamente juntamente com outros companheiros da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA) contra a fibra da morte (o amianto), e dela, assim como outras centenas, foi vítima fatal.

Basicamente houve apresentações de Denise Bourguignon - Coordenadora de Saúde do Trabalhador da SES / Espírito Santo, de Jandira Maciel - Coordenadora de Saúde do Trabalhador da SES / Minas Gerais, de Lisa Barros Ferreira - Coordenadora de Saúde do Trabalhador da SES / Rio de Janeiro, e de Koshiro Otani - Coordenador de Saúde do Trabalhador da SES / São Paulo.

O Evento pode mostrar claramente que é preciso avançar muito para fazer da RENAST uma realidade, que sem dúvida gerará mais qualidade de vida para os trabalhadores. O Controle Social, não apenas aquele institucionalizado, mas toda a sociedade civil organizada deve ser um ator importante para fazer com que os Programas sejam implementados e funcionem adequadamente. E os gestores devem se empenhar ainda mais nesta "árdua" mas gratificante tarefa de proteger a vida do cidadão.

• SEMINÁRIO DE CONTAMINAÇÕES QUÍMICAS.

Terça-feira, 30 de novembro de 2004

Entre os dias 29 e 30 de novembro de 2004, a ACPO participou do Seminário Contaminações Químicas organizado pela FUNDACENTRO/Santos, que teve como objetivo manter um debate e divulgação do tema entre os trabalhadores e a população da região, contribuindo de modo efetivo para a prevenção e superação dos processos de contaminação que possam trazer ameaças às comunidades locais.

Clique para ler o Programa:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/imagens/fundacentro2004.gif

DEZEMBRO

• POLUIÇÃO INDUSTRIAL CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E INTOXICAÇÃO HUMANA NO MUNDO PRODUZINDO VÍTIMAS, INJUSTIÇA AMBIENTAL.

Sexta-feira, 03 de dezembro de 2004

BHOPAL 20 ANOS - RELEMBRAR AS CAUSAS, MAS CORRIGIR O RUMO

Bhopal, Índia - 03 de dezembro de 1984:

40 toneladas de gases letais contendo isocianato de metila vazaram da fábrica de agrotóxicos. Três dias após o desastre cerca de 8 mil pessoas já tinham morrido devido à exposição direta aos gases. É considerado o maior desastre químico da história.

Infelizmente, a noite do desastre foi apenas o início de uma longa tragédia, cujos efeitos se estendem até hoje. A Union Carbide, dona da fábrica de agrotóxicos na época do vazamento dos gases, abandonou a área, deixando para trás uma grande quantidade de venenos perigosos. A empresa tentou se livrar da responsabilidade pelas mortes provocadas pelo desastre, pagando ao governo da Índia uma indenização irrisória face a gravidade da contaminação. Hoje, bem mais de 150.000 sobreviventes com doenças crônicas ainda necessitam de cuidados médicos, e uma segunda geração de crianças continua a sofrer os efeitos da herança tóxica deixada pela indústria. (*GP)

RELEMBRAR AS CAUSAS SIM, MAS DEVEMOS CORRIGIR O RUMO - A INDÚSTRIA QUÍMICA TEM SE REVELADO PRODUTORA DE POLUIÇÃO

CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E INTOXICAÇÃO HUMANA, SÍMBOLOS MÁXIMOS DA INJUSTIÇA AMBIENTAL. É PRECISO RESGATAR A DIGNIDADE DOS ATINGIDOS, EVITAR O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO JÁ CAÓTICA EM ÂMBITO GLOBAL E CONSTRUIR UM AMBIENTE FAVORÁVEL QUE POSSA GARANTIR O BEM ESTAR TAMBÉM DAS FUTURAS GERAÇÕES.

Para contato: Madhumita Dutta: mdutta@vsnl.net; C/c: nity68@vsnl.com

PARTICIPE DA CAMPANHA INTERNACIONAL POR JUSTIÇA EM BHOPAL

PETIÇÃO ON-LINE PARA DOW QUÍMICA

Vinte anos se passaram desde o grave acidente, desde então o povo de Bhopal espera por justiça, pela própria compensação do simples direito e liberdade para viver sem medo de ser envenenado por beber a sua própria água.

Solicitamos seu apoio na luta por Justiça Ambiental, acessando e assinando a PETIÇÃO em: <http://www.petitiononline.com/bhopal/> (*em inglês*)

Para mais informações:

<http://www.bhopal.net/>

<http://www.bhopal.net/gda2004.html>

<http://www.greenpeace.org.br/bhopal> (*GP)

• ENCONTRO NACIONAL DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL.

Segunda-feira, 06 de dezembro de 2004

FORTALECER AS LUTAS POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL NO BRASIL

Entre os dias 25 e 27 de novembro de 2004 representaram um avanço nas lutas por justiça na sociedade brasileira. O primeiro encontro nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) levou mais de cem pessoas ao Sesc Tijuca, no Rio de Janeiro, para fortalecer a crítica ao modelo insustentável de desenvolvimento do agronegócio, do mercado mundial e dos grandes interesses econômicos. O saldo é uma RBJA renovada, fortalecida pela participação e comprometimento de dezenas de organizações que se identificam com a Justiça Ambiental para dar conta de suas diferentes lutas locais. A ACPO e membros da Rede Eco-socialista Caiçara da Baixada Santista participaram do Evento.

Leia mais clicando aqui:

http://www.justicaambiental.org.br/conteudo.asp?conteudo_id=2412&sec=destaques

• **MEMBROS DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL SE REÚNEM COM DIRIGENTES DA PETROBRÁS.**

Segunda-feira, 06 de dezembro de 2004

Para discutir sobre a exploração petroleira no Parque Nacional Yasuní, reserva da biosfera no Equador.

Dias após realizar seu primeiro encontro nacional, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) conseguiu outra importante vitória, desta vez numa ação internacional. Em reunião com a Petrobrás, a rede obteve a promessa de que a estatal brasileira organizará uma visita ao Parque Nacional Yasuní, no Equador, da qual participarão representantes brasileiros e equatorianos. A visita será importante para mostrar a agressão ao meio ambiente e a povos indígenas que vem sendo praticada por companhias de petróleo no parque equatoriano. No Brasil, a exploração de petróleo em parques nacionais é proibida.

Para ler mais clique aqui:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/petro_rbja.htm

• **Oficina de Vigilância Ambiental em Saúde.**

Sexta-feira, 10 de dezembro de 2004

O Ministério da Saúde através da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental - CGVAM realizaram entre os dias 07 e 09 de dezembro de 2004 uma oficina técnica para discutir sobre a estruturação das ações de vigilância ambiental em saúde relacionada às substâncias químicas: AMIANTO, BENZENO, MERCÚRIO, AGROTÓXICOS E CHUMBO, PROPOSTA DE MODELO DE ATUAÇÃO

Houve várias palestras sobre o tema que deram uma ampla visão sobre os graves problemas relacionados à Saúde Ambiental em face destas substâncias e que deverão ser enfrentados pela Vigilância Ambiental. Durante o Evento foram formados cinco Grupos de Trabalho, sobre cada uma das substâncias, onde foram construídas e apresentadas propostas de diretrizes importantes para tratar do assunto.

Clique aqui para leia como foi o programa:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/cgvam.pdf

- **ILEGALIDADE DOS TESTES PSICOLÓGICOS UTILIZADOS NO BRASIL.**

Sexta-feira, 10 de dezembro de 2004

A ACPO encaminhou ofício para o Dr. Carlos Henrique Martins Lima, Procurador Federal Titular do 2º Ofício do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Distrito Federal solicitando atenção para o fato de que entre os exames psicológicos qual o Ministério Público Federal alega estar no rol da ilegalidade, podem estar sendo juntados injustamente alguns testes fundamentais para o diagnóstico precoce de males que podem estar afetando trabalhadores, como por exemplo, um denominado NEUROCOMPORTAMENTAL, sobretudo o teste denominado "Weshler Memory Scale - Revised" muito utilizado para diagnosticar problemas psicológicos em trabalhadores que estão sobre o risco da exposição química no local de trabalho, sobretudo aquelas substâncias reconhecidamente neurotóxicas, como por exemplo: o mercúrio e seus compostos, chumbo, solventes organoclorados, compostos organo-halogenados, agrotóxicos, cola de sapateiro e diversos outros agentes químicos afins.

Clique aqui para ler o ofício:

http://www.acpo.org.br/inf_atualizadas/2004/pag_e_pdf/mpfdf.pdf

- **DEPUTADO FEDERAL IVAN VALENTE.**

Sexta-feira, 17 de dezembro de 2004

A ACPO participou de reunião com o Deputado Federal Ivan Valente, para tratar de assunto ligado a produção de cloro-soda a base de mercúrio no Brasil. O Deputado se comprometeu a realizar alguns encaminhamentos sobre o assunto e verificar a possibilidade reapresentar o projeto de banimento das poluidoras células eletrolíticas a base de mercúrio, que se configura como um potente contaminante ambiental, que pode causar severos danos a saúde da biota, afetando a cadeia trófica até atingir os seres humanos. No final o Deputado colocou o seu mandato a disposição para ser o fomentador e canalizador de temas ambientais tais como a política nacional de resíduos sólidos entre outros.

- **CONSELHO DE SAÚDE DE SANTOS.**

Segunda-feira, 20 de dezembro de 2004

Na semana passada membros da ACPO estiveram reunidos com membros do CSS, para discutir sobre a constituição da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) no âmbito do Conselho, para avançar na discussão sobre este importante tema na região da Baixada Santista.

• **REVISTA CIPA.**

Dezembro de 2004

Revista N° 293

ACPO: preocupação com a vida do trabalhador e o meio ambiente

http://www.cipanet.com.br/rev_entrevista.asp?id=1&n=293

Endereço para Correspondência: CAIXA POSTAL 73.923 CEP: 11025-032 - Santos – SP – Brasil

Oficina: Av. Pedro Lessa n.º 2672, sala 13 - Embaré

CEP: 11.025-002 - Santos - SP - BR. – TEL/FAX: (013) 3273 5313

Internet - <http://www.acpo.org.br> / e-mail – acpo@acpo.org.br

FUNDADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1994